

Petição On-line

Petição:	Pessoa Coletiva
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	Maria do Carmo Raminhas Mendes
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Documento de identificação:	Passaporte Nº válido até:
Objeto sucinto da sua Petição:	Pela Preservação da Serra da Argemela / Contra a Extração Mineira
Texto da sua Petição:	<p>Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, A população da aldeia de Barco, no concelho da Covilhã, teve conhecimento, através das redes sociais, da existência de um pedido de concessão mineira dirigido ao Ministério da Economia/Direção Geral de Energia e Geologia, por parte da empresa denominada PANNN, Consultores de Geociência, Lda., com sede em Aljustrel, para exploração de lítio, ouro, prata, cobre e outros minerais na Serra da Argemela, numa área cuja dimensão envolve não apenas área relativa à União de Freguesias de Barco e Coutada, no concelho da Covilhã, mas também das freguesias de Lavacolhos e Silvaes, situadas já no concelho do Fundão. Na Serra da Argemela existiu, nos anos 40 e 50 do século passado, uma mina no subsolo destinada à extração de volfrâmio, hoje desativada, mas cuja história pretendemos preservar (desaparecerá caso a concessão avance). No cume da mesma Serra, existe um sítio arqueológico denominado "Castro da Argemela" cuja ocupação nos remete para o final da Idade do Bronze, integrado na "Rota dos Castros" e classificado como "imóvel de interesse municipal", que foi grandemente arruinado por uma outra exploração mineira a céu aberto (destruição essa provocada pelas explosões desencadeadas pelo recurso a dinamite e consequente movimentação dos solos), instalada nos últimos anos e a cerca de 100 metros do assentamento ali desenvolvendo laboração, de tipologia idêntica às que agora a referida empresa PANNN pretende fazer. Esta referida exploração ainda se encontra a laborar na atualidade, e para além dos estragos irreparáveis que provocou no Castro, alterou a morfologia da própria Serra, não tendo sido repostos no local os terrenos conforme o refere a lei. A área alvo de exploração pretendida pela empresa PANNN contempla o total de 403,71 hectares, e segundo o pedido de concessão as intervenções irão ser desenvolvidas a céu aberto, em degraus e com a instalação de uma estação de tratamento do minério, sendo que nada mais se conhece do Plano de Lavra. A mesma engloba praticamente toda a encosta norte da referida Serra, defronte para a aldeia de Barco e junto ao Rio Zêzere, onde todo um ecossistema se encontra preservado: a floresta é constituída principalmente por pinhal e mato, com algumas manchas de eucalipto. Também nela existem áreas de cultivo privadas, com olival, onde alguma população pratica</p>

agricultura de subsistência. As minas a céu aberto alteram a paisagem, destroem linhas de água em profundidade, contaminam os lençóis freáticos, colocam em risco a fauna e a flora, danificam caminhos e estradas e, neste caso específico, lançam na atmosfera poeiras e resíduos perigosos para a saúde humana e para os solos resíduos químicos derivados das fases de lavagem, decantação, peneiragem e secagem (facto que se torna ainda mais grave pela proximidade do Rio Zêzere e da aldeia de Barco). Dada a enorme extensão da área de exploração, os perigos ambientais que a médio/longo prazo se avistam e a conseqüente degradação da qualidade de vida local e regional e do património natural/ambiental/histórico são alarmantes; pelas poucas informações que nos chegaram, a própria empresa prevê uma estimativa de exploração útil de 20 a 30 anos, o que nos faz questionar das implicações que tal terá inclusive para as gerações vindouras. Assim, vimos por este meio solicitar a V. Exa que, em representação da nossa vontade, se digne encetar todos os esforços para que todo este património, que prezamos e que é "nosso", não seja delapidado face aos interesses económicos, uma posição assente nas implicações ambientais e locais gravíssimas que se anteveem, decorrentes de uma exploração deste tipo, desta dimensão e do espaço de tempo que implica. Com os melhores cumprimentos, Os signatários. Em anexo: petição com recolha de assinaturas online e manuscritas.

Caso não seja possível contactar o 1º Peticionário, indique outro contacto:

Nome:	Luís Reis Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Barco e Coutada
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Nacionalidade:	Portuguesa